

CORREIO SATURNINO

Roberto Saturnino Braga

Artigo nº 207/2012

A CPI

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito é sempre uma sensação porque é a única investigação que se processa aberta ao público: o Poder Legislativo é o Poder mais transparente na sua atividade, mais fácil de ser devassado, por isso mesmo o preferido dos inquisidores. Os mais difíceis são o Judiciário, a Mídia e o Capital. Daí a sensação maior desta nova CPI, que se instala prenhe de indícios de graves envolvimentos dessa três poderes supremos na bandidagem do Cachoeira. A força da indignação pública agora está tão grande que eu acredito que algumas revelações importantes sobre esses Poderes possam aparecer desta vez.

Rememorando episódios que eu vivi no Parlamento, registro dois casos em que, embora com muita dificuldade, a investigação se processou atingindo a mídia e o Capital. O primeiro, nos anos sessenta, quando um gigante da mídia, em estertores, os Diários Associados, resolveu atacar o outro gigante que lhe asfixiava, a Rede Globo. Era uma grande sensação que, pela lógica da política, devia ser altamente atraente para qualquer parlamentar. E, entretanto, houve enorme dificuldade para designar os integrantes e, principalmente, para escolher o presidente e o relator da CPI. Como ninguém queria ser, o então deputado João Calmon, o requerente, acabou, em último recurso, apelando para um jovem colega seu, um deputado novato e inexperiente, que podia não avaliar bem o risco que corria se aceitasse. E este deputado, bisonho, aceitou, fui eu. Aceitou com a condição de poder escolher o relator, que tinha de ser muito corajoso, muito honrado, muito competente e muito respeitado. Todos me sopraram o nome dele: Djalma Marinho, do Rio Grande do Norte, um homem cujo prestígio no seu Estado não dependia de mídia nenhuma. A CPI funcionou, condenou como inconstitucional o contrato Globo-Time Life, o relatório foi encaminhado ao Ministério Público, o contrato foi desfeito, mas a força que a Globo já tinha ganho foi bastante para arruinar a Tupi. E eu paguei o preço de ficar na lista negra da Globo pelo resto da vida.

Relembro também a CPI dos bancos, já nos anos noventa, da qual também participei como membro, que condenou a extrema complacência do Banco Central no socorro a dois bancos falidos, levou à cadeia o banqueiro principal, o italiano Cacciola, talvez pela falta de enraizamento dele na mídia e na sociedade dos brasileiros ricos, e arruinou silenciosamente a carreira de alguns tecnocratas do sistema financeiro, pondo fim ao programa governamental de socorro fácil aos bancos para evitar o mal maior da quebraadeira em cascata.

Em contrapartida a esses dois exemplos de funcionamento que me ocorrem prontamente porque deles participei diretamente, poderia citar inúmeros outros casos de frustração e engavetamento, mais difíceis de lembrar precisamente porque não chegaram a prosperar, perderam-se nas tentativas. Por sua notoriedade, derivada da duração do esforço de implementação, me vem à mente a CPI das empreiteiras que durante anos, aí pelos setenta e oitenta, o Senador Pedro Simon pretendeu instalar, colheu assinaturas, sucessivamente retiradas, até conseguir o número mínimo e não obter a instalação pelo argumento regimental esperto de falta de um objeto específico, uma bem determinada operação suspeita apontada para a investigação.

Outro exemplo marcante, recente, foi o da CPI do Mensalão, que operou intensamente, condenou vários parlamentares, extinguiu a vida pública do veterano deputado Roberto Jefferson, cassou o mandato do presidente do PT, José Dirceu, levou à cadeia o agente financeiro Marcos Valério, mas não desvendou nada sobre as abundantes fontes do dinheiro que abastecia todo o grande conjunto corruptor.

Roberto Saturnino Braga

Contatos: saturnino.braga@uol.com.br
www.saturninobraga.com.br

CORREIO SATURNINO

Roberto Saturnino Braga

Artigo nº 207/2012

A indignação popular contra a corrupção é realmente grande mas a apresentação dos fatos feita pela mídia tende sempre a concentrar toda a culpa nos corruptos e ignorar os corruptores. Quem sabe desta feita, já que a própria mídia está envolvida, pode acontecer o milagre de um levantamento mais completo?

O Governo e a Presidenta obviamente têm preocupações, menos pelo envolvimento nas obras federais da empresa Delta, apontada como principal agente corruptor, do que pela paralisação das atividades do Congresso e até do Executivo que provavelmente ocorrerá, e, mais ainda, pela possível derrocada de grandes e importantes aliados políticos situados principalmente no PMDB, que resistiu o quanto pôde à formação da CPI. Aí o risco de desarticulação política do Governo é realmente grande, e o interesse em destruir os adversários falou mais forte ao PT do que a preocupação com a governabilidade.

Algo me diz que esta CPI vai fazer história; pessoalmente, tenho esperança de que seja para o bem, o bem público, o bem do Brasil. Uma desestabilização política nesta altura dos importantes avanços sociais conseguidos é um risco que, como brasileiro, não gostaria de correr. Todavia, a CPI é necessária; é decisiva; é imprescindível.

Roberto Saturnino Braga

Contatos: saturnino.braga@uol.com.br
www.saturninobraga.com.br